



**CONTINUAÇÃO**

em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. As perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros foram calculadas com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber, além de uma avaliação prospectiva que leva em consideração a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos que afetam as perdas esperadas de crédito, as quais serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. A Companhia apresenta a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros na linha Perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros na Demonstração do Resultado. **e) Desreconhecimento:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **f) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no Balanço Patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **g) Instrumentos financeiros:** Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Essa escolha é feita individualmente por investimento. A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. **h) Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. **2.4 - Estoques:** São avaliados com base no menor valor entre o custo histórico de aquisição e produção e o valor líquido realizável. O custo de aquisição e produção é acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. O valor líquido realizável é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados para conclusão e despesas de vendas diretamente relacionadas. Informações referentes à abertura do valor líquido realizável estão demonstradas na nota 5. **2.5 - Imobilizado:** A Companhia utiliza o custo histórico deduzido das respectivas depreciações, à exceção dos terrenos, que não são depreciados. A Companhia agrega mensalmente ao custo de construção de ativos qualificáveis, que são ativos que, necessariamente, demandam um período de tempo substancial para ficarem prontos para seu uso pretendido, os custos de empréstimos e financiamentos considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) o período de capitalização ocorre quando o imobilizado encontra-se em fase de construção, sendo encerrada a capitalização dos custos de empréstimos quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) os custos de empréstimos são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes da data da capitalização ou a taxa específica, no caso de empréstimos para a aquisição de imobilizado; (c) os custos de empréstimos capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os custos de empréstimos capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e valor útil determinados para o item do imobilizado ao qual foram incorporados. Os ativos florestais são mensurados ao valor justo, exceto quando se referem a plantios ainda em fase de formação, os quais são mensurados pelo custo histórico, deduzido de amortização e perda por redução ao valor recuperável, quando necessário. A depreciação é calculada pelo método linear ajustado pelo nível de utilização de certos ativos, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens e o valor residual estimado dos ativos no final de sua vida útil. O valor residual ao final da vida útil e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. O valor residual dos itens do imobilizado é reduzido imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável. **2.6 - Outros Ativos Intangíveis:** São avaliados ao custo de aquisição e subsequentemente deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. São compostos principalmente por desenvolvimento de *software* e estes gastos são capitalizados, quando atendidos todos os aspectos da norma, em especial, a viabilidade técnica para concluir o ativo de forma que ele seja disponibilizado para uso. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita o benefício econômico do ativo intangível. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (nota 2.7). O intangível do relacionamento com fornecedores é amortizado com base em critério que considera o futuro benefício econômico esperado fornecido ao longo do tempo por esses novos fornecedores adquiridos. A Companhia revisa o período de amortização e o método de amortização para seus ativos intangíveis com vida útil definida ao final de cada exercício. **2.7 - Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros e reversão de provisões constituídas:** Na data de cada Demonstração Financeira, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (a) seu valor justo menos custos estimados de venda e (b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, saldos de ágio originados da combinação de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano, em dezembro. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*). A redução no valor recuperável dos ativos é registrada no resultado do exercício. Exceto com relação à redução no valor do ágio, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nestas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada. A Companhia não acredita que existam indicativos de uma alteração material nas estimativas e premissas usadas no cálculo de perdas por recuperabilidade de ativos de vida longa. Entretanto, se os resultados atuais ou futuros não forem consistentes com as estimativas e premissas usadas nos fluxos de caixa futuros estimados e valor justo dos ativos, a Companhia pode estar exposta a perdas que podem ser materiais. **2.8 - Investimentos:** Os investimentos em empresas controladas e coligadas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial desde a data que o investimento foi adquirido. De acordo com este método, as participações sobre os investimentos são reconhecidas no Balanço Patrimonial ao custo, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos destes em contrapartida de resultado da equivalência patrimonial e por outras variações ocorridas nos ativos líquidos adquiridos. Adicionalmente, as participações poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade do investimento (*impairment*). Os dividendos recebidos destas empresas são registrados como uma redução do valor dos investimentos. **2.9 - Passivos financeiros e instrumentos patrimoniais:** **a) Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. **b) Desreconhecimento:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **2.10 - Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das Demonstrações Financeiras. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, ou diretamente reconhecidos no Patrimônio Líquido ou em Outros resultados abrangentes. O imposto de renda e contribuição social correntes são tributos calculados sobre o lucro do exercício, com base nas alíquotas vigentes na data base das Demonstrações Financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos, em sua totalidade, sobre as diferenças temporárias geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes a valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras. Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração da Companhia e de suas controladas, quando aplicável. Estes estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas, quando aplicável. Estes estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **2.11 - Benefícios a empregados:** A Companhia possui planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e aposentadoria, participação nos lucros e bônus. Eventuais superávits com planos de benefícios de contribuição definida a empregados são reconhecidos até o montante provável de redução nas contribuições futuras da patrocinadora para estes planos. As mensurações atuariais geradas por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria são reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados Abrangentes. Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego são usadas várias estatísticas e outros fatores, na tentativa de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e da obrigação relacionada com os planos. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano e taxa de aumentos futuros de remuneração. Adicionalmente, a Companhia e seus consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais, taxas de desligamento maiores ou menores ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes. **2.12 - Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos (passivos). **2.13 - Transações com partes relacionadas:** Os contratos de mútuos são atualizados pelos encargos contratados mais variação cambial, quando aplicável. Estes contratos possuem data de vencimento, com possibilidade de extensão de prazo mediante acordo entre as partes. As transações de compras e vendas de insumos e produtos são efetuadas em condições e prazos pactuados entre as partes. **2.14 - Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** O Estatuto Social prevê dividendos não inferiores a 30% do lucro líquido anual, ajustado em 5% representando a

constituição de reserva legal e a constituição de reserva de incentivos fiscais; portanto, a Companhia registra provisão, no encerramento do exercício social, no montante do dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito acima. **2.15 - Reconhecimento da receita de vendas:** A receita de vendas é apresentada líquida de impostos e descontos. O julgamento crítico feito pela Companhia é apresentado na nota 2.17 e, com relação ao reconhecimento de receita, considera que tal reconhecimento é derivado da única obrigação de desempenho de transferir seus produtos ou serviços de acordo com contratos e acordos comerciais. A transferência do controle e o cumprimento da obrigação de desempenho da Companhia ocorrem ao mesmo tempo, momento no qual a receita da venda de mercadorias e serviços é reconhecida pela Companhia. Leva-se ainda em consideração que o comprador obtém os benefícios das aquisições, os fluxos de caixa potenciais e o valor da receita (preço da transação) pode ser mensurado de forma confiável, e a contraprestação deve ser transferida, o que significa que é provável que a Companhia receba a contraprestação a que tem direito em troca dos produtos ou serviços. **2.16 - Investimentos em prevenção de danos ao meio ambiente e provisão para passivos ambientais:** Custos ambientais são relacionados às operações normais e são registrados como despesa ou capitalizadas conforme o caso. Os que são relacionados a uma condição existente causada por operações do passado e que não contribuam para atuais ou futuras receitas geradas ou redução de custos são registrados como despesa. Passivos são registrados quando a avaliação ambiental ou esforços de restauração são prováveis e o custo pode ser razoavelmente estimado, discussões com autoridades ambientais e outras premissas relevantes para a estimativa da natureza e extensão da restauração que pode ser requerida. O custo final é dependente de fatores que não podem ser controlados, como o escopo e metodologia dos requerimentos da ação de restauração a ser estabelecida pelas autoridades ambientais e de saúde pública, novas leis ou regulamentos governamentais, rápida alteração tecnológica e o surgimento de algum litígio relacionado. Passivos ambientais são ajustados a valor presente se o montante agregado da obrigação e o montante e prazo dos desembolsos de caixa forem fixos ou puderem ser determinados de uma maneira confiável. **2.17 - Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** Na elaboração das Demonstrações Financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das Demonstrações Financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As Demonstrações Financeiras incluem, portanto, estimativas referentes, principalmente, ao momento do reconhecimento da receita de vendas (nota 2.15), à estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa (nota 9), provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas (nota 16), recuperabilidade de tributos diferidos ativos (nota 7). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização pode divergir das estimativas. **2.18 - Operações de Arrendamento Mercantil:** A Companhia, na qualidade de arrendatária, reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A Companhia reconhece novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais. A Companhia reconhece uma depreciação de ativos de direito de uso e despesa financeira sobre obrigações de arrendamento. Elementos variáveis dos pagamentos relacionados aos arrendamentos (como, por exemplo, um contrato de locação de máquinas e/ou equipamentos com partes dos pagamentos baseados na produtividade do ativo) não são considerados no cálculo do passivo, sendo registrados como despesa operacional. As taxas de desconto utilizadas pela Companhia foram obtidas de acordo com as condições de mercado. **2.19 - Fornecedores (Fornecedores e Fornecedores risco sacado):** Os saldos de fornecedores são obrigações a pagar pela aquisição de bens ou serviços no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivo circulante devido ao vencimento em até um ano no Balanço Patrimonial e no Fluxo de Caixa as variações são apresentadas como aumento ou redução de contas a pagar. Estes valores são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. A composição dos saldos de fornecedores é apresentada na nota 12. **2.20 - Passivos tributários:** A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos envolvendo questões tributárias, conforme divulgado na nota 16. Na nota 2.17, a Companhia divulga que as provisões para passivos tributários requerem o uso de julgamentos e estimativas. A Companhia divulga diversos tributos relacionados a impostos indiretos (ICMS, IPI, PIS e COFINS) que se enquadram no escopo do CPC 25, o qual estabelece que um passivo é uma obrigação presente da entidade decorrente de eventos passados e cuja liquidação se espera que resulte em uma saída de recursos econômicos da entidade. Nessas discussões fiscais, eventos passados dão origem a obrigações presentes, que com base em todas as evidências disponíveis, resultaram em uma obrigação provável. Passivos contingentes não são reconhecidos, uma vez que a possibilidade de uma saída de recursos econômicos não é provável. Uma vez que os passivos contingentes podem se desenvolver de forma não esperada inicialmente, eles são avaliados continuamente para determinar se uma saída de recursos econômicos se tornou provável. Se for provável que uma saída de recursos econômicos futuros seja exigida para um item anteriormente tratado como um passivo contingente, uma provisão é reconhecida nas Demonstrações Financeiras do exercício em que a mudança na probabilidade ocorre. As divulgações de passivos contingentes relacionados ao imposto de renda (IRPJ e CSLL) também se enquadram no escopo do CPC 25, enquanto as provisões fiscais relacionadas ao imposto de renda se enquadram no escopo do CPC 32. A Administração considera a orientação da ICP 22, com o auxílio de seus consultores jurídicos, para registrar provisões fiscais de acordo com as leis aplicáveis e considerar adequadamente as incertezas sobre o imposto de renda para fins de reconhecimento e mensuração. A avaliação feita pela Companhia nesses casos considera se é provável que uma autoridade fiscal aceite um tratamento tributário incerto e uma provisão é reconhecida quando o tratamento tributário incerto não for mais provável de ser aceito pela autoridade fiscal. A cada exercício, a Companhia reavalia seus julgamentos e estimativas para verificar se os fatos e circunstâncias nos quais o julgamento ou estimativa foi baseado mudaram em decorrência de novas informações que afetem o julgamento ou estimativa. **2.21 - Novos pronunciamentos:** As emissões/alterações de pronunciamentos efetuados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC que são efetivos para o exercício iniciado em 2023 não tiveram impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia. Adicionalmente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu/revisou alguns pronunciamentos, as quais tem sua adoção para o exercício de 2024 ou após. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras em decorrências destes pronunciamentos. **2.22 - Riscos de conflitos internacionais:** Conflitos internacionais podem ter um efeito material adverso no ambiente macroeconômico geral, que pode incluir a demanda por aço e minério de ferro e os preços, bem como o aumento dos custos de energia. Tanto o conflito em si quanto as sanções impostas (e outras sanções adicionais que podem vir a ser impostas), bem como as possíveis respostas às sanções, podem ter mais efeitos desestabilizadores nos mercados financeiros e em certos mercados de *commodities*. Um conflito pode escalar militarmente tanto regional quanto globalmente; qualquer escalada substancial teria um efeito material adverso nas condições macroeconômicas. Além disso, as sanções podem permanecer em vigor além da duração do conflito militar e ter um impacto duradouro na região e globalmente, podendo afetar negativamente os resultados operacionais e a condição financeira da Companhia.

**3 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Caixa .....	788	898
Bancos e aplicações de liquidez imediata .....	130.800	304.135
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b> .....	<b>131.588</b>	<b>305.033</b>
Titulos para negociação .....		
Aplicações em renda fixa .....	144.867	406.509
<b>Aplicações financeiras</b> .....	<b>144.867</b>	<b>406.509</b>

As aplicações de liquidez imediata incluem investimentos com prazo de vencimento de até 90 dias, liquidez imediata e baixo risco de variação do valor justo. Aplicações financeiras incluem Certificados de Depósito Bancário - CDB e investimentos em títulos e valores mobiliários, os quais são registrados pelo seu valor justo. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

**4 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES**

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Contas a receber de clientes .....	1.158.235	1.200.075
(-) Provisão para risco de crédito .....	(32.111)	(32.591)
	<b>1.126.124</b>	<b>1.167.484</b>

A composição de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Valores a vencer .....	1.081.370	1.103.924
Vencidos:		
Até 30 dias .....	50.364	72.371
Entre 31 e 60 dias .....	3.357	851
Entre 61 e 90 dias .....	4.383	5.055
Entre 91 e 180 dias .....	9.265	8.876
Entre 181 e 360 dias .....	9.486	4.092
Acima de 360 dias .....	10	4.906
(-) Provisão para risco de crédito .....	(32.111)	(32.591)
	<b>1.126.124</b>	<b>1.167.484</b>

A movimentação das perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros está demonstrada abaixo:

Saldo em 01/01/2022 .....	(36.013)
Créditos provisionados no exercício .....	(15.534)
Créditos recuperados no exercício .....	12.536
Créditos baixados definitivamente da posição .....	6.420
Saldo em 31/12/2022 .....	<b>(32.591)</b>
Créditos provisionados no exercício .....	(26.376)
Créditos recuperados no exercício .....	15.413
Créditos baixados definitivamente da posição .....	11.443
Saldo em 31/12/2023 .....	<b>(32.111)</b>

A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia, líquida da provisão para risco de crédito, é o valor das contas a receber. A qualidade do crédito do contas a receber a vencer é considerada adequada, sendo que o valor do risco efetivo de eventuais perdas no contas a receber de clientes encontra-se apresentado como provisão para risco de crédito.

**5 - ESTOQUES**

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Produtos prontos .....	1.660.127	1.752.575
Matérias-primas .....	589.611	784.383
Produtos em elaboração .....	336.496	479.871
Materiais de almoxarifado .....	241.255	320.083
Importações em andamento .....	3.100	18.519
(-) Provisão para ajuste ao valor líquido realizável .....	(2.125)	(12.637)
	<b>2.828.464</b>	<b>3.342.794</b>

Os saldos da provisão para ajuste ao valor líquido realizável de estoques, cuja provisão e reversão tem como contrapartida o custo das vendas, estão demonstrados abaixo:

Saldo em 01/01/2022 .....	(11)
Incorporação Siderúrgica Latino Americana S.A. ....	(3.320)
Provisão para ajuste ao valor líquido realizável .....	(13.532)
Reversão de ajuste ao valor líquido realizável .....	4.226
Saldo em 31/12/2022 .....	<b>(12.637)</b>
Provisão para ajuste ao valor líquido realizável .....	(235)
Reversão de ajuste ao valor líquido realizável .....	10.747
Saldo em 31/12/2023 .....	<b>(2.125)</b>

**6 - CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS**

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Circulante</b>		
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social .....	257.879	440.080
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços .....	93.687	113.536
Programa de Integração Social .....	56.631	95.632
Imposto sobre Produtos Industrializados .....	21.089	26.205
Outros .....	9.945	8.251
	<b>439.231</b>	<b>683.704</b>
<b>Não circulante</b>		
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social .....	1.090.722	319.884
Programa de Integração Social .....	236.801	69.448
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços .....	42.480	43.377
	<b>1.370.003</b>	<b>432.709</b>
	<b>1.809.234</b>	<b>1.116.413</b>



**CONTINUAÇÃO**

Conforme detalhado na nota 16.IV, em 02/02/2023, a Companhia obteve êxito em processo judicial de natureza tributária, relativamente ao direito de créditos de PIS e COFINS nas suas aquisições de sucata. A expectativa de realização dos créditos tributários de longo prazo é a seguinte:

	2023	2022
2024.....	-	288.910
2025.....	272.101	137.786
2026.....	262.232	6.013
2027.....	251.707	-
2028 em diante.....	583.963	-
	<u>1.370.003</u>	<u>432.709</u>

**7 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS**

Os impostos sobre a renda incluem o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL). As alíquotas oficiais para imposto de renda e contribuição social aplicáveis são de 25% e de 9%, respectivamente, para os exercícios findos em 31/12/2023 e 31/12/2022.

**a) Reconciliação dos ajustes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) no resultado:**

	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social.....	1.156.735	2.695.153
Alíquotas nominais.....	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais.....	(393.290)	(916.352)
Ajustes dos impostos referente:		
- equivalência patrimonial.....	355.999	472.662
- juros sobre o capital próprio.....	235.262	233.331
- inconstitucionalidade da incidência de IRPJ e CSLL relativos a Selic em razão de repetição de indébito tributário *.....	89.504	13.645
- incentivos fiscais.....	1.094	10.540
- não constituição de ativos fiscais diferidos.....	(5.275)	53.678
- diferenças permanentes (líquidas).....	210.198	27.095
Imposto de renda e contribuição social no resultado.....	<u>493.492</u>	<u>(105.401)</u>
Corrente.....	80.580	(229.291)
Diferido.....	412.912	123.890

\* Em 24/09/2021, o Supremo Tribunal Federal finalizou o julgamento do Tema 962, decidindo, por unanimidade, pela inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores relativos à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário. Desta forma, os efeitos de tal inconstitucionalidade foram aplicados aos juros registrados nos períodos.

**b) Composição e movimentação dos ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos, constituídos às alíquotas nominais:**

	Saldo em 31/12/2022	Reconhecido no resultado	Outros	Saldo em 31/12/2023
Prejuízos fiscais.....	141.218	208.952	-	350.170
Base negativa de contribuição social.....	40.553	67.548	-	108.101
Provisão para passivos tributários, cíveis e trabalhistas.....	245.516	18.789	-	264.305
Outras diferenças temporárias.....	20.327	132.485	-	152.812
Provisão para perdas.....	18.768	12.453	-	31.221
Alocação de ativos a valor justo.....	(91.486)	(27.315)	-	(118.801)
	<u>374.896</u>	<u>412.912</u>	-	<u>787.808</u>
Ativo não circulante.....	<u>374.896</u>	-	-	<u>787.808</u>

	Saldo em 01/01/2022	Reconhecido no resultado	Outros	Saldo em 31/12/2022
Prejuízos fiscais.....	100.884	40.334	-	141.218
Base negativa de contribuição social.....	15.727	24.826	-	40.553
Provisão para passivos tributários, cíveis e trabalhistas.....	208.267	37.249	-	245.516
Outras diferenças temporárias.....	42.046	(21.719)	-	20.327
Provisão para perdas.....	16.161	2.607	-	18.768
Alocação de ativos a valor justo.....	(128.937)	40.593	(3.142)	(91.486)
	<u>254.148</u>	<u>123.890</u>	<u>(3.142)</u>	<u>374.896</u>
Ativo não circulante.....	<u>254.148</u>	-	-	<u>374.896</u>

**c) Estimativa de recuperação de créditos de imposto de renda e contribuição social:**

	2023	Ativo 2022
2023.....	-	129.487
2024.....	75.682	87.934
2025.....	188.530	60.912
2026.....	129.592	32.187
2027.....	113.450	32.187
2028 em diante.....	280.554	32.189
	<u>787.808</u>	<u>374.896</u>

**d) Ativos fiscais não contabilizados:** Devido à falta de oportunidade de uso dos prejuízos fiscais não operacionais, a Companhia não contabilizou uma parcela de ativo fiscal de R\$ 5.284 (R\$ 9 em 31/12/2022), os quais não têm uma data final para expirar.

**8 - INVESTIMENTOS AVALIADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL**

	Gerdau Internacional Ltda.-Grupo Gerdau	Gerdau Açominas S.A.	Chopim Energia S.A.	Brasil ao Cubo S.A.	Siderúrgica Latino Americana S.A.	Outros	Total
Saldo em 01/01/2022.....	5.951.326	3.019	(113)	-	408.135	29.932	6.392.299
Resultado da equivalência patrimonial.....	1.439.058	61	(39)	-	(20.676)	(28.223)	1.390.181
Ajustes de avaliação patrimonial.....	(222.361)	-	-	-	-	2.540	(219.821)
Aumento de capital social (a).....	-	-	-	-	-	8.327	8.327
Capitalização de adiantamento de capital.....	-	-	116	-	-	-	116
Incorporação de empresa (b).....	-	-	-	-	(402.851)	-	(402.851)
Aquisição/Alienação de investimento.....	-	-	-	-	15.392	-	15.392
Dividendos.....	(1.394.983)	-	-	-	-	(50)	(1.395.033)
Saldo em 31/12/2022.....	<u>5.773.040</u>	<u>3.080</u>	<u>(36)</u>	-	-	<u>12.526</u>	<u>5.788.610</u>
Resultado da equivalência patrimonial.....	1.025.542	2.775	(25)	28.909	(10.146)	-	1.047.055
Ajustes de avaliação patrimonial.....	(427.340)	-	-	-	-	1	(427.339)
Aumento de capital social (a).....	-	-	-	36.653	-	779	37.432
Capitalização de adiantamento de capital.....	-	-	40	-	-	-	40
Conversão de mútuo em participação societária.....	-	-	-	141.069	-	-	141.069
Compra vantajosa em aquisição de participação societária.....	-	-	-	11.195	-	-	11.195
Dividendos/Juros sobre capital próprio.....	(626.491)	-	-	-	-	(269)	(635.252)
Saldo em 31/12/2023.....	<u>5.744.751</u>	<u>5.855</u>	<u>(21)</u>	<u>209.334</u>	-	<u>2.891</u>	<u>5.962.810</u>
Capital social.....	4.868.500	164.829	29.906	123.291	-	-	5.186.526
Patrimônio líquido ajustado.....	276.72.211	5.855	(42)	468.728	-	-	282.946.792
Participação no capital total (%).....	20,76%	100%	50%	44,66%	-	-	-

**a) Aumento de capital social:** Em 2023, a Companhia efetuou a conversão em participação societária de mútuo conversível aportado na empresa Brasil ao Cubo S.A. no valor de R\$ 141.069. Nesta mesma data, a Companhia também efetuou a aquisição de algumas participações societárias dos acionistas originais no valor de R\$ 36.653.

**b) Incorporação de empresa:** Em 30/06/2022, a Companhia efetuou a incorporação da controlada Siderúrgica Latino Americana S.A. O valor total da operação foi de R\$ 171.516 correspondente ao acervo líquido da incorporada. A incorporação foi efetuada através da substituição do investimento detido pela Companhia na controlada no valor de R\$ 402.851 e aquisição de participação adicional pelo valor total de R\$ 46.153. **c) Adiantamento para futuro investimento em participação acionária:** Em 2023 foram efetuados adiantamentos para futuro aumento de capital na Juntos Somos Mais Fidelização S.A. no valor de R\$ 3.630 e na coligada Chopim Energia S.A. no valor de R\$ 22, totalizando R\$ 3.652 em 31/12/2023 (R\$ 40 em 31/12/2022). As informações financeiras da coligada Gerdau Internacional Empreend. Ltda. - Grupo Gerdau estão demonstradas a seguir:

	2023	2022
Lucro do exercício.....	4.941.121	6.933.464
Outros resultados abrangentes.....	2.099.086	(1.099.259)
Total dos resultados abrangentes.....	<u>7.040.207</u>	<u>5.834.205</u>

**9 - IMOBILIZADO**

**a) Síntese da movimentação do ativo imobilizado:**

	Terrenos, prédios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Imobilizações em andamento	Outros*	Total
Saldo em 01/01/2022.....	1.352.485	4.727.919	264.062	1.077.727	7.422.193
Adições.....	-	102.369	649.928	219.885	972.182
Juros capitalizados.....	-	-	2.927	-	2.927
Transferências.....	103.488	369.639	(479.197)	6.070	-
Incorporação Siderúrgica Latino Americana S.A.....	284.882	349.908	201	4.797	639.788
Baixas.....	(38.658)	(68.574)	-	(32.550)	(139.782)
Saldo em 31/12/2022.....	<u>1.702.197</u>	<u>5.481.261</u>	<u>437.921</u>	<u>1.275.929</u>	<u>8.897.308</u>
Adições.....	-	74.713	671.435	255.999	1.002.147
Juros capitalizados.....	-	-	6.755	-	6.755
Transferências.....	288.713	461.052	(758.964)	9.199	-
Baixas.....	(769)	(62.316)	-	(14.851)	(77.936)
Saldo em 31/12/2023.....	<u>1.990.141</u>	<u>5.954.710</u>	<u>357.147</u>	<u>1.526.276</u>	<u>9.828.274</u>

	Terrenos, prédios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Imobilizações em andamento	Outros	Total
Saldo em 01/01/2022.....	(728.862)	(3.867.151)	-	(369.661)	(4.965.674)
Depreciação e exaustão.....	(44.952)	(242.948)	-	(65.311)	(353.211)
Transferências.....	(85)	85	-	-	-
Incorporação Siderúrgica Latino Americana S.A.....	(30.993)	(178.271)	-	(2.222)	(211.486)
Baixas.....	38.434	57.433	-	32.065	127.932
Saldo em 31/12/2022.....	<u>(766.458)</u>	<u>(4.230.852)</u>	<u>(405.129)</u>	<u>(5.402.439)</u>	<u>(9.404.878)</u>
Depreciação e exaustão.....	(67.187)	(289.932)	-	(2.481)	(359.600)
Transferências.....	290	(289)	-	(1)	-
Baixas.....	630	58.257	-	13.208	72.095
Saldo em 31/12/2023.....	<u>(832.725)</u>	<u>(4.462.816)</u>	<u>(394.403)</u>	<u>(5.689.944)</u>	<u>(10.379.888)</u>

**Imobilizado líquido**  
Saldo em 31/12/2022..... 935.739  
Saldo em 31/12/2023..... 1.157.416

\* Outros incluem ativos florestais no montante de R\$ 1.087.138 em 31/12/2023 (R\$ 823.688 em 31/12/2022). A taxa média de capitalização de juros no exercício de 2023 é de 13,18% a.a. (3,7% a.a. em 2022).

As seguintes vidas úteis são utilizadas para cálculo da depreciação:

	Vida útil dos ativos imobilizados
Prédios, construções e benfeitorias.....	10 a 25 anos
Máquinas, equipamentos e instalações.....	10 anos
Móveis e utensílios.....	10 anos
Veículos.....	5 anos
Equipamentos eletrônicos de dados.....	2,5 a 5 anos

**b) Valores oferecidos em garantia:** Não foram oferecidos bens do ativo imobilizado em garantia de empréstimos e financiamentos em 2023 e 2022. **c) Perdas pela não recuperabilidade do imobilizado:** A Companhia não identificou evidências de qualquer perda pela não recuperabilidade do imobilizado no exercício. A Companhia manterá ao longo do próximo exercício seu constante monitoramento do mercado siderúrgico em busca de identificar uma eventual deterioração, queda significativa na demanda dos setores consumidores de aço, paralisação de atividades de plantas industriais ou mudanças relevantes na economia ou mercado financeiro.

**10 - OUTROS INTANGÍVEIS**

Referem-se, substancialmente, ao desenvolvimento de *software* com aplicação na gestão do negócio:

	2023	2022
Saldo em 01/01/2022.....	-	130.029
Aquisição.....	-	51.598
Amortização.....	-	(69.005)
Incorporação Siderúrgica Latino Americana S.A.....	-	62
Saldo em 31/12/2022.....	-	<u>112.684</u>
Aquisição.....	-	38.830
Amortização.....	-	(62.780)
Baixa.....	-	(84)
Saldo em 31/12/2023.....	-	<u>88.650</u>
Vida útil média estimada.....	-	4 anos

**11 - ARRENDAMENTO MERCANTIL**

**a) Síntese da movimentação do direito de uso de ativos de arrendamento mercantil:**

	Terrenos, prédios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Equipamento eletrônico de dados	Veículos	Total
Arrendamento mercantil bruto					
Saldo em 01/01/2022.....	245.279	284.684	125.191	14.894	670.048
Adições.....	7.253	-	-	-	7.253
Baixas.....	(4.155)	(2.009)	-	-	(6.164)
Remensurações.....	33.801	54.632	6.716	5.026	100.175
Saldo em 31/12/2022.....	<u>282.178</u>	<u>337.307</u>	<u>131.907</u>	<u>19.920</u>	<u>771.312</u>
Adições.....	10.544	115.253	-	-	125.797
Baixas.....	(5.646)	(40.574)	-	-	(46.220)
Remensurações.....	26.615	326	-	6.450	33.391
Saldo em 31/12/2023.....	<u>313.691</u>	<u>412.312</u>	<u>131.907</u>	<u>26.370</u>	<u>864.280</u>

	Terrenos, prédios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Equipamento eletrônico de dados	Veículos	Total
Depreciação acumulada					
Saldo em 01/01/2022.....	(85.627)	(115.744)	(43.666)	(4.644)	(249.681)
Depreciação.....	(35.845)	(66.905)	(12.548)	(3.160)	(118.458)
Baixas.....	4.155	409	-	-	4.564
Saldo em 31/12/2022.....	<u>(117.317)</u>	<u>(182.240)</u>	<u>(56.214)</u>	<u>(7.804)</u>	<u>(363.575)</u>
Depreciação.....	(38.217)	(84.504)	(12.616)	(4.546)	(139.883)
Baixas.....	3.619	40.435	-	-	44.054
Saldo em 31/12/2023.....	<u>(151.915)</u>	<u>(226.309)</u>	<u>(68.830)</u>	<u>(12.350)</u>	<u>(459.404)</u>

**Arrendamento mercantil líquido**  
Saldo em 31/12/2022..... 164.861  
Saldo em 31/12/2023..... 161.776

**b) Arrendamento mercantil a pagar:** Os montantes de desembolsos de arrendamento mercantil são apresentados na Demonstração dos Fluxos de Caixa. Os passivos apresentados no Balanço Patrimonial estão ajustados a valor presente, com base nas taxas de juros livres de risco observadas onde a Companhia tem operações, ajustadas pelo *spread* de crédito da Companhia, onde em 31/12/2023 as taxas de desconto se situaram entre 11,4% a.a. a 12,3% a.a., (13,0% a.a. a 13,4% a.a. em 31/12/2022), variando conforme o prazo de duração do arrendamento mercantil.

**Vencimento arrendamento mercantil**

	2023	2022
2023.....	-	112.919
2024.....	122.737	89.940
2025.....	110.337	80.216
2026.....	82.892	56.938
2027.....	71.898	45.364
2028 em diante.....	87.151	66.338
	<u>475.015</u>	<u>451.715</u>

**Arrendamento mercantil a pagar**

Passivo circulante.....	122.737	112.919
Passivo não circulante.....	352.278	338.796
Despesa de juros do exercício.....	56.466	

**CONTINUAÇÃO**

WACC (Custo Médio Ponderado do Capital), Dívida Líquida/EBITDA, Índice de Cobertura das Despesas Financeiras Líquidas (EBITDA/Despesa Financeira Líquida) e Relação Dívida/Capitalização Total. A Dívida Líquida é formada pelo principal da dívida reduzida pelo caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (notas 3 e 13). A Capitalização Total é formada pela Dívida Total (composta pelo principal da dívida) e pelo Patrimônio Líquido (nota 20). A Companhia pode alterar sua estrutura de capital, conforme condições econômico-financeiras, visando otimizar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida. Ao mesmo tempo, a Companhia procura melhorar seu ROCE (Retorno sobre Capital Empregado) através da implementação de uma gestão de capital de giro e de um programa eficiente de investimentos em imobilizado. No longo prazo, a Companhia busca manter-se dentro dos parâmetros abaixo, admitindo variações pontuais no curto prazo:

Dívida Líquida/EBITDA .....	≤ 1,5x
Limite nominal da Dívida Bruta .....	R\$ 12 Bilhões
Prazo Médio .....	> 6 anos

Estes indicadores chave são usados para monitorar os objetivos descritos acima e podem não ser utilizados como indicadores para outras finalidades, tais como testes de recuperabilidade de ativos. **Risco de liquidez:** Diretrizes internas da Companhia preveem limites de carência e determina a utilização de linhas compromissadas e de disponibilidade efetiva de linhas de crédito, com ou sem lastro em recebíveis de exportação, para gerenciar níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazo. O cronograma de pagamento das parcelas de longo prazo dos Empréstimos e financiamentos é apresentado na nota 13.

**Análises de sensibilidade:**

**Impacto na Demonstração dos Resultados**

Premissa	Variação	2023	2022
Variações na moeda estrangeira .....	5%	253.032	255.207
Variações nas taxas de juros .....	10 bps	9.010	5.811
Variações no preço dos produtos vendidos .....	1%	230.221	283.512
Variações no preço das matérias-primas e demais insumos .....	1%	164.178	195.161
Swaps IPCA x DI .....	5%	(49)	-

**Variações na moeda estrangeira:** Em 31/12/2023 a Companhia estava exposta principalmente às variações entre o Real e o Dólar. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 5% entre o Real e o Dólar em suas dívidas. Nesta análise, caso o Real se aprecie em relação ao Dólar, isto representaria um ganho de R\$ 253.032 (R\$ 255.207 em 31/12/2022), caso o Real se deprecie em relação ao Dólar isso representaria uma despesa de mesmo valor. Os valores líquidos de contas a receber e contas a pagar em moedas estrangeiras não apresentam riscos relevantes de impactos em virtude da oscilação na taxa de câmbio. **Variações nas taxas de juros:** Considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 10 basis points (bps) sobre a taxa de juros média aplicável à parte fluante de sua dívida. O impacto calculado, considerando esta variação na taxa de juros monta R\$ 9.010 em 31/12/2023 (R\$ 5.811 em 31/12/2022) e impactaria a conta de Despesas financeiras na Demonstração dos Resultados. As taxas de juros específicas que a Companhia está exposta, as quais são relacionadas aos Empréstimos e financiamentos, são apresentadas na nota 13, e são principalmente compostas por Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e CDI - Certificado de Depósito Interbancário. **Variações no preço de venda das mercadorias e no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção:** A Companhia está exposta a variações no preço de seus produtos. Esta exposição está relacionada à oscilação do preço de venda dos produtos da Companhia e ao preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção, principalmente por operar em um mercado de *commodities*. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou uma redução de 1% sobre ambos os preços. O impacto calculado considerando esta variação no preço dos produtos vendidos, levando em consideração as receitas e custos no exercício de 2023, totaliza R\$ 230.221 (R\$ 283.512 em 31/12/2022) e matérias-primas e demais insumos montam R\$ 164.178 em 31/12/2023 (R\$ 195.161 em 31/12/2022). O impacto no preço dos produtos vendidos e matérias-primas seriam registrados nas linhas de Receita líquida de vendas e Custo das vendas, respectivamente, na Demonstração dos Resultados. A Companhia não espera estar mais vulnerável à mudança em um ou mais produtos específicos ou matérias-primas. **Análise de sensibilidade dos swaps IPCA x DI:** A Companhia possui *swaps* IPCA x DI para proteção de alguns de seus Empréstimos e financiamentos. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera o impacto no MTM de um aumento de 5% na curva de juros reais para todos os vértices das respectivas operações. Esta variação representaria uma despesa de R\$ 49 (R\$ 0 em 31/12/2022). Estes efeitos seriam reconhecidos na Demonstração dos Resultados.

**d) Instrumentos financeiros por categoria:**

Ativos	Ativos a valor justo por meio do resultado		Total Passivos	2023		
	Custo amortizado	Custo amortizado		Total	Total	
Aplicações financeiras .....	-	144.867	144.867	Fornecedores.....	1.005.779	1.005.779
Contas a receber de clientes.....	1.126.124	-	1.126.124	Fornecedores risco sacado.....	133.449	133.449
Partes relacionadas.....	296	-	296	Empréstimos e financiamentos.....	1.397.276	1.397.276
Outros ativos circulantes.....	117.000	-	117.000	Partes relacionadas.....	866.425	866.425
Outros ativos não circulantes.....	46.908	-	46.908	Outros passivos circulantes.....	325.624	325.624
				Outros passivos não circulantes.....	52.355	52.355
	<u>1.290.328</u>	<u>144.867</u>	<u>1.435.195</u>		<u>3.780.908</u>	<u>3.780.908</u>

Ativos	Ativos a valor justo por meio do resultado		Total Passivos	2022		
	Custo amortizado	Custo amortizado		Total	Total	
Aplicações financeiras .....	-	406.509	406.509	Fornecedores.....	1.074.514	1.074.514
Contas a receber de clientes.....	1.167.484	-	1.167.484	Fornecedores risco sacado.....	131.983	131.983
Partes relacionadas.....	158	-	158	Empréstimos e financiamentos.....	864.738	864.738
Outros ativos circulantes.....	171.085	-	171.085	Partes relacionadas.....	697.392	697.392
Outros ativos não circulantes.....	85.010	-	85.010	Outros passivos circulantes.....	519.282	519.282
				Outros passivos não circulantes.....	43.804	43.804
	<u>1.423.737</u>	<u>547.497</u>	<u>1.971.234</u>		<u>3.331.713</u>	<u>3.331.713</u>

**e) Operações com instrumentos financeiros derivativos: Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos:** A fim de executar sua estratégia de crescimento sustentável, a Companhia implementa estratégias de gerenciamento de risco com o objetivo de mitigar os riscos de mercado. O objetivo da Companhia ao contratar operações de derivativos está sempre relacionado à minimização dos riscos de mercado, identificados em nossas políticas e diretrizes. Todos os instrumentos derivativos em vigor são revisados mensalmente pelo Comitê de Riscos Financeiros, que valida o valor justo de tais instrumentos. Todos os ganhos e perdas dos instrumentos derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo nas Demonstrações Financeiras da Companhia na linha de Perdas com instrumentos financeiros, líquido. **Política de uso de derivativos:** A Companhia está exposta a vários riscos de mercado, entre os quais, a flutuação das taxas de câmbio, taxas de juros e preços de *commodities*. A Companhia utiliza derivativos e outros instrumentos financeiros para reduzir o impacto de tais riscos no valor de seus ativos e passivos financeiros ou fluxo de caixa e receitas futuros. A Companhia estabeleceu diretrizes para verificar os riscos de mercado e para aprovar a utilização de operações de instrumentos financeiros derivativos relacionados a estes riscos. A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos exclusivamente para gerenciar os riscos de mercado mencionados acima e nunca com propósitos especulativos. Instrumentos financeiros derivativos são somente utilizados quando eles possuem uma posição correspondente (ativo ou passivo descoberto), proveniente das operações de negócios, investimentos e financiamentos da Companhia. **Política de apuração do valor justo:** O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado por meio de modelos e outras técnicas de valoração, dentre as quais preços futuros e curvas de mercado. As operações de derivativos podem incluir: *swaps* de taxas de juros e/ou de moeda, contratos futuros ou a termo e contratos de opções. **f) Mensuração do valor justo:** Os CPCs definem o valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A norma também estabelece a classificação por preço cotado em mercado ativo para ativo ou passivo idêntico ou quando se baseia em técnica de avaliação que utilize apenas dados observáveis de mercado. Os ativos e passivos financeiros da Companhia, mensurados a valor justo em bases recorrentes, são mensurados por técnica de avaliação que utiliza apenas dados observáveis de mercado. **g) Movimentação dos passivos do Fluxo de caixa das atividades de financiamento:** Conforme requerido pelo CPC 03, a Companhia demonstra a seguir a movimentação dos passivos do Fluxo de caixa das atividades de financiamento, da sua Demonstração dos Fluxos de Caixa:

	Alterações caixa		Alterações não caixa		Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2023
	Recebidos (pagos) de	Pagamento de	Despesa de	Varição		
Empréstimos e financiamentos e Valor justo de derivativos .....	864.738	523.680	(149.747)	150.001	8.604	1.397.276
Arrendamento mercantil a pagar..	451.715	(133.385)	(56.466)	56.466	156.685	475.015
Partes relacionadas, líquidas.....	697.234	159.695	-	66.097	(56.897)	866.129

  

	Alterações caixa		Alterações não caixa		Saldo em 01/01/2022	Saldo em 31/12/2022
	Recebidos (pagos) de	Pagamento de	Despesa de	Varição		
Empréstimos e financiamentos.....	461.187	395.237	(61.619)	58.154	1.779	864.738
Arrendamento mercantil a pagar.....	456.402	(110.408)	(49.379)	49.379	105.721	451.715
Partes relacionadas, líquidas.....	(185.689)	691.850	-	10.764	180.309	697.234

**15 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

	2023	2022
<b>Circulante</b>		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços .....	65.728	42.299
Encargos sociais sobre folha de pagamento .....	35.283	34.859
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social .....	34.315	31.020
Imposto de Renda Retido na Fonte .....	12.754	13.959
Programa de Integração Social e outros .....	8.669	9.388
Imposto sobre Produtos Industrializados .....	4.181	5.884
	<u>160.930</u>	<u>137.409</u>

**16 - PASSIVOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E ATIVOS CONTINGENTES**

A Companhia é parte em ações judiciais e administrativas de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, baseada na opinião de seus consultores legais, acredita que a provisão para estas ações judiciais e administrativas é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis, bem como que as decisões definitivas não terão efeitos significativos na posição econômico-financeira da Companhia.

A provisão foi constituída considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas. Os saldos das provisões são os seguintes:

**I) Provisões**

	2023	2022
a) Provisões tributárias.....	524.094	451.048
b) Provisões trabalhistas .....	177.630	200.046
c) Provisões cíveis .....	75.641	71.011
	<u>777.365</u>	<u>722.105</u>

**a) Provisões tributárias:** As provisões tributárias referem-se, substancialmente, às discussões relativas à ICMS, IPI, contribuições previdenciárias, compensação de créditos de PIS e COFINS e incidência de PIS e COFINS sobre outras receitas. **b) Provisões trabalhistas:** A Companhia é parte em um grupo de ações judiciais e/ou administrativas de natureza trabalhista, individuais e coletivas, que envolvem verbas trabalhistas diversas e a provisão decorre de decisões desfavoráveis e/ou de probabilidade de perda provável no curso normal dos processos com expectativa de saída de recurso financeiro pela Companhia. **c) Provisões cíveis:** A Companhia é parte em um grupo de ações judiciais, arbitrais e/ou administrativas de natureza cível que envolvem pedidos diversos e a provisão decorre de decisões desfavoráveis e/ou de probabilidade de perda provável no curso normal dos processos com expectativa de

saída de recurso financeiro pela Companhia.

A movimentação da provisão para passivos tributários, cíveis e trabalhistas está demonstrada abaixo:

	2023	2022
Saldo no início do exercício.....	722.105	612.547
Incorporação Siderurgica Latino Americana S.A.....	-	1.038
(+) Adições.....	101.274	176.358
(+) Atualização monetária .....	49.013	79.572
(-) Reversão de valores provisionados.....	(95.027)	(147.410)
Saldo no final do exercício .....	<u>777.365</u>	<u>722.105</u>

**II) Passivos contingentes não provisionados:** Considerando a opinião dos Assessores Jurídicos e a avaliação da Administração, os processos relacionados a seguir possuem expectativa de perda avaliada como possível (mas, não provável) e devido a esta classificação não são efetuadas provisões contábeis de acordo com as normas do CPC. **a) Contingências tributárias: a.1)** A Companhia possui discussões que tratam de ICMS, substancialmente relativas a direito de crédito e diferencial de alíquota, cujas demandas perfazem o total atualizado de R\$ 552.867 (R\$ 504.462 em 31/12/2022). **a.2)** A Companhia é parte em demandas que tratam de outros tributos. O valor total das discussões importa em R\$ 2.082.391 (R\$ 1.829.643 em 31/12/2022). **a.3)** A Companhia é parte em processos administrativos relativos ao Imposto de Renda Retido na Fonte cobrado sobre juros remetidos ao exterior, vinculados a financiamentos de exportação formalizados mediante Contratos de "Pré-pagamento de Exportações" (PPE) ou de "Recebimento Antecipado de Exportações" (RAE), no valor de R\$ 824.113 (R\$ 1.069.274 em 31/12/2022), que correspondem a cinco processos que tramitam na esfera administrativa, onde, atualmente, quatro processos estão na primeira instância do Conselho Administrativo de Recurso Fiscais (CARF) aguardando o julgamento dos Recursos Voluntários interpostos pela Companhia e um processo que se encontra na Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRFF) do CARF, para julgamento de Recurso Especial interposto pela Companhia. **a.4)** A Companhia é parte em processos administrativos relativos à glosa da dedutibilidade do ágio gerado nos termos dos artigos 7º e 8º da Lei nº 9.532/97, da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, decorrente da reorganização societária realizada em 2004/2005. O valor total atualizado das autuações importa em R\$ 5.404.471 (R\$ 6.423.868 em 31/12/2022), dos quais: i) R\$ 2.478.480 (R\$ 3.712.515 em 31/12/2022) correspondem a dois processos da Companhia que se encontram atualmente em fase de cobrança judicial, tendo a Companhia ofertado garantias judiciais, mediante Seguro Garantia, e iniciado as discussões judiciais em Embargos à Execução, sendo que, nos Embargos à Execução ajuizados pela Companhia (na condição de sucessora de Gerdau Comercial de Aços S.A.), está pendente de julgamento no Tribunal Regional Federal da 2ª Região o recurso de apelação interposto pela Fazenda Nacional; no processo da Companhia, em 17/11/2023, em julgamento realizado no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, foi negado provimento ao recurso de apelação interposto pela Fazenda Nacional, estando pendente de julgamento os embargos de declaração opostos pela Fazenda Nacional. Ainda nesse processo, em 30/11/2023 foi deferido o pedido de revisão da inscrição em dívida ativa, ocasionando a redução do valor do débito exigido em razão da exclusão das multas e, consequentemente, dos juros de mora e do encargo-legal, por força do disposto no § 9º-A do art. 25 do Decreto nº 70.235/72 c/c o art. 15 da Lei nº 14.689/2023; ii) R\$ 366.382 (R\$ 344.171 em 31/12/2022) correspondem a um processo em que parte do débito cuja discussão administrativa já se encerrou e se encontra em discussão judicial, estando pendente de julgamento no Tribunal Regional Federal da 2ª Região o recurso de apelação interposto pela Fazenda Nacional contra a sentença que julgou procedentes os Embargos à Execução e reconheceu a insubsistência do lançamento fiscal; (iii) R\$ 342.072 (R\$ 319.983 em 31/12/2022) correspondem a um processo em que parte do débito cuja discussão administrativa encerrou se encontra em discussão judicial, na qual está pendente de julgamento o recurso de apelação interposto pela Companhia contra a sentença que julgou improcedentes seus Embargos à Execução Fiscal; (iv) R\$ 5.958 (R\$ 5.597 em 31/12/2022) correspondem a um processo da Companhia, cuja discussão administrativa se encerrou, e que se encontra em trâmite na primeira instância aguardando sentença nos Embargos à Execução Fiscal opostos pela Companhia; (v) R\$ 96.280 (R\$ 89.684 em 31/12/2022) correspondem a um processo cuja discussão administrativa se encerrou, e se encontra em discussão judicial, na qual está pendente de julgamento os recursos de apelação interpostos pelas partes contra a sentença que julgou procedentes os Embargos à Execução Fiscal; (vi) R\$ 208.449 (R\$ 192.076 em 31/12/2022) correspondem a um processo da Companhia, que está na Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRFF) do CARF para julgamento dos Recursos Especiais interpostos pela Companhia e pela Fazenda Nacional; (vii) R\$ 676.217 (R\$ 623.485 em 31/12/2022) correspondem a um processo no qual foi dado parcial provimento ao Recurso Voluntário, estando pendente de julgamento no CARF o recurso de embargos inominados interposto pela Companhia; e (viii) R\$ 596.754 (R\$ 647.501 em 31/12/2022) correspondem a um processo da Companhia, cuja impugnação apresentada foi julgada improcedente pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento (DRJ), estando atualmente pendente de julgamento o recurso voluntário interposto pela Companhia; (ix) R\$ 167.887 (R\$ 155.962 em 31/12/2022) correspondem a um processo desmembrado do processo que atualmente se encontra em fase de cobrança judicial, estando pendente de julgamento o recurso de apelação interposto contra a sentença que julgou improcedentes os Embargos à Execução Fiscal opostos pela Companhia; e (x) R\$ 465.992 (R\$ 432.894 em 31/12/2022) correspondem a um processo desmembrado do processo mencionado no item "vi" supra, e que atualmente se encontra em fase de cobrança judicial, estando pendente de julgamento no Tribunal Regional Federal da 2ª Região os recursos de apelação interpostos pela Companhia e pela Fazenda Nacional contra a sentença que julgou procedente os Embargos à Execução e reconheceu a insubsistência dos créditos objeto da execução fiscal. Os assessores jurídicos tributários da Companhia confirmam que os procedimentos adotados pela Companhia, com relação ao tratamento tributário da dedutibilidade do ágio, que ensejaram os processos acima mencionados, observaram a estrita legalidade, e, portanto, tais processos são classificados como de perda possível (mas, não provável). Em 24/01/2024, foi arquivado, de forma definitiva, processo referente às investigações conduzidas pelas autoridades federais e o Judiciário brasileiros de determinados assuntos relacionados a procedimentos no CARF e doações eleitorais específicas realizadas pela Companhia. Assim, a Companhia, seus administradores, executivos e ex-executivos não são parte de investigações, procedimentos ou ações judiciais de matéria criminal, em curso, associadas às referidas investigações. **b) Contingências cíveis:** A Companhia é parte em outras demandas de natureza cível que possuem em conjunto um montante em discussão de aproximadamente R\$ 341.321 (R\$ 305.406 em 31/12/2022). Para tais demandas não foi efetuada provisão contábil, pois estas foram consideradas como de perda possível, com base na opinião de seus consultores legais. **c) Contingências trabalhistas:** A Companhia é parte em outras demandas de natureza trabalhista que possuem em conjunto um montante em discussão de aproximadamente R\$ 488.305 (R\$ 449.417 em 31/12/2022). Para tais demandas não foi efetuada provisão contábil, pois estas foram consideradas como de perda possível, com base na opinião de seus consultores legais. **III) Depósitos judiciais:** A Companhia mantém depósitos judiciais vinculados às provisões tributárias, trabalhistas e cíveis, e estão assim demonstrados:

	2023	2022
Tributários .....	1.755.877	1.537.071
Trabalhistas .....	25.760	31.319
Cíveis .....	111.991	96.464
	<u>1.893.628</u>	<u>1.664.854</u>

O saldo de depósitos judiciais registrado em 31/12/2023, no montante de R\$ 1.670.984 (R\$ 1.504.984 em 31/12/2022), corresponde a depósitos judiciais realizados até junho/2017, referentes à mesma discussão sobre a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS, que aguarda o encerramento processual das ações no judiciário para ser restituído à Companhia. Para tais ações, a Companhia e suas controladas vinham realizando depósitos judiciais e provisões contábeis dos valores em discussão, atualizados pela taxa SELIC, que se referiam aos valores não liquidados de PIS e COFINS desde 2009, cuja exigibilidade estava integralmente suspensa, em função da realização dos referidos depósitos. Em 15/03/2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) analisou o processo relacionado a esse assunto, e, por 6 votos a 4, foi tomada a seguinte decisão: "O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS". A decisão tomada pelo STF a princípio, produz efeitos em todos os processos com nove ações judiciais, em função de sua repercussão geral. Oito destas ações judiciais já contam com decisão final favorável transitada em julgado, tendo a receita sido reconhecida no trânsito em julgado das ações, considerando para fins de cálculo a exclusão do ICMS destacado nas notas fiscais, como reconhecido nas decisões transitadas em julgado, e está preparando os documentos para efetuar a habilitação do seu crédito e poder dar início aos procedimentos de compensação e/ou já habilitou perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil. Cabe destacar que a Companhia possui ainda uma ação de repetição de indébito que aguarda o respectivo trânsito em julgado, na qual a Companhia pleiteia o reconhecimento de R\$ 683 milhões (R\$ 643 milhões, líquidos de despesas relacionadas) referente a créditos anteriores à propositura da Ação Judicial. Em 13/05/2021, o Supremo Tribunal Federal julgou o recurso de embargos de declaração que a Procuradoria da Fazenda Nacional havia oposto alegando que a decisão do Supremo fora omissa em determinados pontos, e requerendo a modulação dos efeitos da decisão. No referido julgamento, o STF acolheu, em parte, os embargos de declaração, para modular os efeitos do julgado cuja produção haverá de se dar após 15/03/2017 (data em que julgado o RE Nº 574.706), ressalvadas as ações judiciais ou processos administrativos instaurados até essa data, e rejeitou os embargos quanto à alegação de omissão, obscuridade ou contradição e, no ponto relativo ao ICMS excluído da base de cálculo das contribuições PIS-COFINS, firmou o entendimento de que se trata do ICMS destacado. A partir deste julgamento, o conceito de praticamente certo para fins da entrada de benefícios econômicos e reconhecimento do ativo e o correspondente ganho passou a ser demonstrado. Desta forma, ainda que não tenha ocorrido o trânsito em julgado de duas ações que estavam pendentes do julgamento em 2021, a Companhia reconheceu, com suficiente confiabilidade, os valores de créditos tributários a que tem direito, referente a créditos anteriores à propositura das Ações Judiciais. Os valores reconhecidos no resultado da Companhia relativos à recuperação de créditos decorrentes dos processos de ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS (líquidos de despesas relacionadas) foi de R\$ 794,8 milhões no ano de 2021, sendo R\$ 343,6 milhões na linha de Outras receitas operacionais e R\$ 451,2 milhões na linha de Receitas financeiras. Em virtude do momento econômico fortemente impactado pela pandemia provocada pela Covid-19, bem como pelo fato de que a legislação processual expressamente prevê a equiparação de seguro-garantia a dinheiro, a Companhia, solicitou a substituição dos valores por ela depositados ao longo de anos versando sobre a Inclusão do ICMS na Base de Cálculo do PIS e da COFINS por um seguro-garantia apresentado pela Companhia, no valor de R\$ 1,7 bilhão, o qual cumpre todos os requisitos estabelecidos pela PGFN. Na decisão de 1ª instância, portanto, houve uma decisão pela liberação dos recursos depositados para a Companhia. A Fazenda Pública recorreu ao Tribunal e conseguiu uma decisão revertendo a liberação dos valores. A Companhia, então, ofereceu reclamação para dirimir divergência entre a decisão proferida, nos autos do processo Nº 50003743-372020.4.02.0000, e a jurisprudência do STF (Tema Nº 69). Com liminar inicialmente favorável, a decisão foi suspensa posteriormente para aguardar a manifestação da Fazenda Nacional sobre a multa por litigância de má-fé aplicada em face da Companhia. Após a manifestação, que não trouxe qualquer elemento adicional em relação à multa por litigância de má-fé aplicada, o Ministro entendeu pelo não cabimento da Reclamação por ausência de esgotamento das vias ordinárias. A multa por litigância de má-fé, aplicada em virtude da alegação de suposta tentativa de indução à erro do Judiciário, foi cancelada pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região em dezembro de 2022. Em face do trânsito em julgado da decisão de mérito favorável confirmado em 26/12/2023, proferida nos autos principais (0012235-15.2009.4.02.5101) e da revogação do efeito suspensivo outorga concedido à Fazenda Nacional no processo Nº 5003743-372020.4.02.0000, a Companhia, protocolou pedido de cumprimento provisório de sentença (autuado sob o Nº 5100372-91.2023.4.02.5101/RJ), no qual restou deferido o pedido de levantamento dos valores por ela depositados ao longo de anos versando sobre a Inclusão do ICMS na Base de Cálculo do PIS e da COFINS, no valor de R\$ 1,6 bilhão, restando pendente o trânsito em julgado dessa decisão para que os alvarás de levantamento sejam expedidos. **IV) Outros ativos contingentes:** Em 02/02/2023, a Companhia obteve êxito em processo judicial de natureza tributária, relativamente ao direito de créditos de PIS e COFINS nas suas aquisições de sucata. Com o trânsito em julgado da decisão judicial, ocorrido nesta data, a Companhia reconheceu no resultado o crédito de aproximadamente R\$ 728.921 (principal acrescido de atualização monetária, deduzido de honorários advocatícios e tributos). Este valor, até então divulgado como Outros ativos contingentes, atingiu o patamar de praticamente certo, resultando no reconhecimento do ativo tributário, cuja expectativa de monetização se dará no prazo de até 5 anos.

**17 - SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

**a) Composição dos saldos de mútuos**

	2023	2022
<b>Mútuos ativos</b>		
<b>Empresa controladora</b>		
Gerdau S.A. ....	296	-
<b>Outras partes relacionadas</b>		
Gerdau Açominas S.A. ....	-	151
Outros.....	-	7
	<u>296</u>	<u>158</u>
<b>Mútuos passivos</b>		
<b>Empresa controladora</b>		
Gerdau S.A. ....	-	(702)
<b>Empresa controlada</b>		
Gerdau Açominas Overseas Ltd. ....	(866.262)	(696.664)
<b>Outras partes relacionadas</b>		
Gerdau Açominas S.A. ....	(158)	-
Outros.....	(5)	(26)
	<u>(866.425)</u>	<u>(697.392)</u>
Despesas financeiras, líquidas.....	<u>(66.097)</u>	<u>(10.764)</u>

**b) Operações com partes relacionadas**

	2023		2022	
	Compras	Vendas	Contas a receber (a pagar)	Contas a receber (a pagar)
<b>Empresa controladora</b>				
Gerdau S.A.	122.904	1.087.453	123.534	106.108
<b>Outras partes relacionadas</b>				
Cyrgo S.A.	-	576	562	1.522
Gerdau Açominas S.A.	4.360.338	233.214	(290.165)	(501.212)
Gerdau Summit Aços Fundidos e Forjados S.A.	20.455	335	656	(3.319)
G2 Adições Minerais e Químicas Ltda.	916	-	(462)	(27)
Gerdau Laisa S.A.	-	37.789	689	-
Sipar Aceros S.A.	-	102.534	22.766	46.847
Empresa Siderúrgica Del Peru S.A.A.	-	155.645	21.248	-
Siderco S.A.	-	12.638	3.367	8.121
Industrias Nacionales C. por A.	-	51.204	16.359	-
G2L Logística S.A.	696.693	-	(44.353)	(32.819)
Outros	22	1.315	377	44

**c) Condições de preços e encargos:** Os contratos de empréstimos entre as partes relacionadas são atualizados por taxas fixas e/ou de mercado, como *SOFR*, mais variação cambial, quando aplicável. As transações de compras e vendas de insumos e produtos são efetuadas em condições e prazos pactuados entre as partes. **d) Aiais concedidos:** A Companhia, em conjunto com as empresas Gerdau Açominas S.A., e a controladora Gerdau S.A., prestam garantia às partes relacionadas Gerdau Trade Inc. e GUSAP III LP nas emissões de *bonds* com vencimento em 2027, 2030 e 2044 no montante de R\$ 6,8 bilhões em 31/12/2023 (R\$ 8,3 bilhões em 31/12/2022). **e) Aiais recebidos:** Em 31/12/2023, há um total de R\$ 1,3 bilhões em aiais recebidos da controladora Gerdau S.A. em contratos de venda e financiamento e de venda e compra de energia elétrica (R\$ 812 milhões em 31/12/2022). A Companhia, em conjunto com a empresa Gerdau Açominas S.A., receberam garantia da controladora Gerdau S.A. em contratos de venda e compra de energia elétrica, no montante de R\$ 98,4 milhões em 31/12/2023. **f) Remuneração da Administração:** No exercício findo em 31/12/2023, o custo com remuneração da Administração, em salários, remuneração variável, benefícios, plano de contribuição definida e planos de incentivos de longo prazo foi de R\$ 18.819 (R\$ 16.425 em 31/12/2022). O custo com encargos sociais da Administração totalizou R\$ 5.137 em 31/12/2023 (R\$ 4.753 em 31/12/2022). **g) Outras informações de partes relacionadas:** Conforme nota 8, em 10/01/2023, a Companhia efetuou a conversão em participação societária de mútuo conversível aportado na empresa Brasil ao Cubo S.A. no valor de R\$ 141.069.

**18 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS**

**a) Plano de pensão com benefício definido - pós-emprego:** A Companhia e suas controladas patrocinam plano de pensão de benefício definido, administrados pela Gerdau - Sociedade de Previdência Privada (GPrev), entidade fechada de previdência complementar, que foram saldados no ano de 2010 e inclui somente os participantes que decidiram não transferir a reserva para um novo plano de contribuição definida e, desta forma, optaram por manter o benefício salgado no plano de benefício definido que vem sendo corrigido pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). **b) Plano de pensão com contribuição definida - pós-emprego:** A Companhia mantém um plano de pensão definida para o qual são feitas contribuições pela patrocinadora numa proporção da contribuição feita pelos empregados optantes. O total do custo nesta modalidade foi de R\$ 27.706 em 31/12/2023 (R\$ 25.096 em 31/12/2022).

**19 - PROVISÃO PARA PASSIVOS AMBIENTAIS**

A Companhia reconheceu, na linha de "Provisão para passivos ambientais", com base na melhor estimativa do custo, valores para investigação, tratamento e limpeza de localidades potencialmente impactadas, que montam R\$ 81.049 em 31/12/2023, sendo R\$ 49.670 no passivo circulante e R\$ 31.379 no passivo não circulante (R\$ 120.713 em 31/12/2022, sendo R\$ 102.192 no passivo circulante e R\$ 18.521 no passivo não circulante). A Companhia utilizou premissas e estimativas para determinar os montantes envolvidos, que podem variar no futuro, em decorrência da finalização da investigação e determinação do real impacto ambiental. A Companhia entende estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis no Brasil.

**20 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**a) Capital social:** Em 31/12/2023, estão subscritas e integralizadas 1.227.671 ações, sendo 1.227.569 ações ordinárias e 102 ações preferenciais, todas sem valor nominal, totalizando o capital social realizado de R\$ 5.554.212 (em 31/12/2022, estavam subscritas e integralizadas 1.227.815 ações, sendo 1.227.704 ações ordinárias e 111 ações preferenciais, todas sem valor nominal, totalizando o capital social realizado de R\$ 5.554.212). Conforme ata da Diretoria realizada em 22/03/2023, foi deliberado o cancelamento de 135 ações ordinárias e 9 ações preferenciais, sem valor nominal, de emissão da Companhia e mantidas em tesouraria, sem redução do valor do capital social. Em função do cancelamento das ações mantidas em tesouraria, o capital social da Companhia passa a ser dividido em 1.227.569 ações ordinárias e 102 ações preferenciais. As ações preferenciais não têm direito a voto, não podem ser resgatadas e participam em igualdade de condições em relação às ações ordinárias na distribuição de lucros, além de ter prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação da Companhia. **b) Reserva de capital:** Refere-se principalmente à reserva de ágio, relativo à reorganização societária realizada em 2005 gerada nos termos do artigo 7º e 8º da Lei nº 9.532/97. **c) Reservas de lucros: I) Legal** - Pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% do capital social. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos. **II) Incentivos fiscais** - Pela legislação societária brasileira, a Companhia pode destinar, para a reserva de incentivos fiscais, a parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo dos dividendos. A reserva se refere a incentivos fiscais de natureza estadual e federal. **III) Investimentos e capital de giro** - É composta pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas, e inclui as reservas estatutárias previstas no Estatuto Social da Companhia. O Conselho de Administração pode propor aos acionistas a transferência de pelo menos 5% do lucro líquido de cada ano para uma reserva estatutária (Reserva de investimentos e capital de giro). A reserva é criada somente após considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não pode exceder o montante do capital integralizado. A reserva pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações. **d) Ajustes de avaliação patrimonial:** A Companhia reconhece nesta rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas e coligadas no exterior detidas pela Companhia, direta e indiretamente. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. Também são considerados nesta rubrica os ganhos e perdas não realizados em instrumentos financeiros derivativos até o momento em que estes são realizados, efeitos com plano de incentivo de longo prazo e a despesa com plano de pensão de benefício definido. **e) Dividendos e juros sobre o capital próprio:** Os acionistas têm direito a receber, em cada exercício, um dividendo mínimo obrigatório de 30% do lucro líquido ajustado. A Companhia efetuou no exercício, o cálculo de juros sobre o capital próprio dentro dos limites estabelecidos pela Lei nº 9.249/95. O valor correspondente foi contabilizado como despesa financeira para fins fiscais. Para efeito de apresentação desse valor foi demonstrado como dividendos, não afetando o resultado.

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS**

Aos Administradores e Acionistas  
Gerdau Aços Longos S.A.

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Gerdau Aços Longos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outros assuntos**

**Demonstrações financeiras consolidadas**

Conforme descrito na Nota 2.1, a Companhia elaborou suas demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, apresentadas separadamente dessas demonstrações financeiras individuais, sobre as quais emitimos relatório de auditoria, sem modificação, com data de 22 de março de 2024. Essas demonstrações financeiras individuais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**DIRETORIA**

**Diretor Presidente**  
GUSTAVO WERNECK DA CUNHA

**Diretores Vice-Presidentes**  
RAFAEL DORNELES JAPUR  
MARCOS EDUARDO FARACO WAHRHAFTIG  
RUBENS FERNANDES PEREIRA

**Diretores**  
ALDO TAPIA CASTILLO  
CESAR OBINO DA ROSA PERES  
MAURO DE PAULA  
WENDEL GOMES DA SILVA

**Contador**  
CLEMIR UHLEIN  
CRC RS 044.845/O-8-S-RJ  
CPF nº 424.614.210-72

O benefício fiscal referente ao imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício findo em 31/12/2023 foi de R\$ 235.262 (R\$ 233.331 em 31/12/2022).

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	1.650.227	2.589.752
Constituição de reserva de incentivos fiscais	(590.350)	(194.031)
Lucro líquido ajustado	1.059.877	2.395.721
Dividendos e juros sobre capital próprio	(696.090)	(1.807.132)
Lucro líquido remanescente	363.787	588.589
Constituição de reserva de investimento e capital de giro	(363.787)	(588.589)

O montante de dividendos e juros sobre o capital próprio do exercício de 2023 é demonstrado a seguir:

Período	Natureza	RS/ação	Ações em		2023	
			circulação (mil)	Crédito Pagamento		
1º trimestre	Juros sobre capital próprio	138,00	1.228	22/03/2023	31/03/2023	169.419
2º trimestre	Juros sobre capital próprio	148,00	1.228	15/05/2023	25/05/2023	181.695
3º trimestre	Juros sobre capital próprio	146,00	1.228	11/08/2023	28/08/2023	179.240
4º trimestre	Juros sobre capital próprio	135,00	1.228	22/11/2023	30/11/2023	165.736
Dividendos e juros sobre capital próprio propostos						696.090
Crédito por ação (R\$)						567,00

O lucro remanescente foi destinado à constituição de reserva estatutária para investimentos e capital de giro na forma do Estatuto Social.

**21 - RESULTADO POR AÇÃO**

	2023		2022	
	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
Lucro líquido alocado disponível para acionistas ordinários e preferenciais	1.650.086	141	1.650.227	2.589.518
<b>Denominador</b>				
Média ponderada de ações deduzindo a média das ações em tesouraria	1.227.614	105	1.227.704	111
Resultado por ação (em R\$) - básico e diluído	1.344,14	1.344,14	2.109,24	2.109,24

**22 - RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS**

	2023	2022
Receita bruta de vendas	19.249.159	24.425.567
Impostos incidentes sobre vendas	(3.497.548)	(4.594.329)
Descontos	(18.517)	(15.811)
Receita líquida de vendas	15.733.094	19.815.427

**23 - DESPESAS POR NATUREZA**

A Companhia optou por apresentar a Demonstração do Resultado por função. Conforme requerido pelo CPC 26, apresenta, a seguir, o detalhamento da Demonstração do Resultado por natureza:

	2023	2022
Depreciação e amortização	(562.263)	(540.674)
Salários, encargos sociais e benefícios	(1.686.388)	(1.553.387)
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(12.180.596)	(14.616.908)
Fretes	(834.321)	(932.442)
Outras despesas/receitas	(414.026)	(854.768)
	(15.677.594)	(18.498.179)

Classificados como:

Custo dos produtos vendidos	(15.263.568)	(17.643.411)
Despesas com vendas	(393.922)	(396.037)
Despesas gerais e administrativas	(497.763)	(459.415)
Outras receitas operacionais*	573.575	46.439
Outras despesas operacionais	(84.953)	(42.757)
Perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros	(10.963)	(2.998)
	(15.677.594)	(18.498.179)

\*Conforme detalhado na nota 16.IV, em 02/02/2023, a Companhia obteve êxito em processo judicial de natureza tributária, relativamente ao direito de créditos de PIS e COFINS nas suas aquisições de sucata.

**24 - RESULTADO FINANCEIRO**

	2023	2022
Rendimento de aplicações financeiras	21.396	65.207
Juros recebidos e outras receitas financeiras	323.321	137.552
Total Receitas financeiras	344.717	202.759
Juros sobre a dívida	(150.001)	(58.154)
Variações monetárias e outras despesas financeiras	(186.464)	(162.954)
Total Despesas financeiras	(336.465)	(221.108)
Varição cambial, líquida	47.625	7.852
Perdas com instrumentos financeiros, líquidos	(1.697)	(1.779)
Resultado financeiro, líquido	54.180	(12.276)

**25 - SEGUROS**

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes determinados para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. Os estoques e ativos imobilizados estão segurados para incêndio, raio, vendaval, alagamento, quebra de máquinas, danos elétricos e explosão. A principal cobertura de seguro é na modalidade de patrimônio, que cobrem ativos de até R\$ 14.730.320.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 22 de março de 2024



PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/F-6

Emerson Lima de Macedo  
Contador CRC 1BA022047/O-1

